

DECRETO Nº 047, DE 17 DE JULHO 2020.

“Dispõe sobre novas medidas de prevenção ao COVID -19, (novo corona vírus) no âmbito do Município de Aurora do Tocantins e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e o que lhe confere o art. 70, inciso IV, VII e XIV da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, que impôs ao COVID -19, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando que o Decreto Estadual 6.083 de 13 de abril de 2020, Dispõe sobre recomendações gerais aos Chefes de Poder Executivo Municipal para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 (novo Coronavírus), e adota outras providências.

Considerando que a LEI Nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Considerando que o art. 3º, VI, LEI Nº 13.979/2020 com a redação dada pela MP Nº 926, de 26/03/2020 prevê a restrição excepcional e temporária da locomoção interestadual e intermunicipal;

Considerando que o artigo 268 DO CÓDIGO PENAL c/c artigo 3º, III, “a”, da Lei 13.979/20 define crime de infração de medida sanitária preventiva da seguinte forma: “infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa”.

Considerando que se o agente isolado por determinação vier a fugir, também praticará o crime previsto no artigo 268 do Código Penal c/c artigo 3º, I, da Lei 13.979/20;



Considerando que o ARTIGO 23, II, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, prevê que em caso da proteção à saúde pública por cuidar-se de competência material comum, o Prefeito Municipal deve agir, ainda na falta de leis, quando houver extremo perigo à sociedade (algumas situações concretas devido ao coronavírus), para tomar as providências acautelatórias que o interesse público exigir, observadas a proporcionalidade, razoabilidade e territorialidade, norteadores da ação do poder público;

Considerando que poder de polícia previsto no artigo 145, II da Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, artigo 78 é definido como “considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

Considerando que o município goza de total autonomia para enfrentamento da pandemia, visando sempre adotar medidas de prevenção e proteção aos municípios;

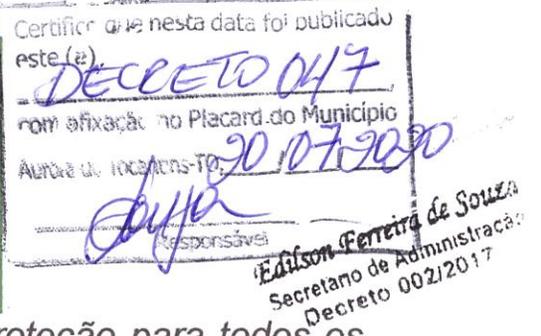
Considerando reunião com representantes de seguimentos da sociedade na decisão de implementar novas medidas de prevenção ao Corona vírus Covid - 19;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam adotadas em nível Municipal no que couber, resguardadas suas singularidades todas as medidas restritivas impostas pelos Governos, Federal, e estadual, a fim de evitar a disseminação do Novo Coronavírus Covid - 19 nesta municipalidade.

Art. 2º- Ficam suspensas as atividades educacionais na rede pública Municipal seguindo o Decreto Estadual 6.112/2020, publicado em 29 de Junho de 2020.

§ 1º - Incumbe à Secretaria Municipal de Educação a adoção de medidas complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto



Art. 3º - Continua obrigatório o uso de máscara de proteção para todos os munícipes (Cidadão ou cidadã do município), assim como qualquer pessoa que transitar em espaços públicos como ruas praças estabelecimentos públicos ou privados e demais espaços abertos ao público, como forma de evitar a transmissão comunitária do CORONAVIRUS – COVID 19.

§ 1º - Para o enfrentamento emergência em saúde decorrente do corona vírus fica suspensa, por tempo indeterminado, a realização de eventos festivos, esportivos, culturais, educacionais, feiras, shows e outras atividades coletivas de qualquer natureza, com aglomeração de pessoas, em locais públicos ou privados, ainda que anteriormente autorizados.

Art 4º - Fica autorizado a abertura de Igrejas para celebração de Cultos e Missas, uma (01) vez por semana a escolha de cada líder religioso.

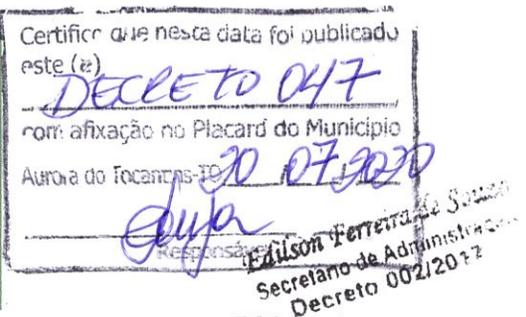
§ 1º- A celebração de Cultos e Missas deverá ser realizado de maneira fracionada em 02 (duas) missas ou 02 (dois) cultos no mesmo dia em horários diferentes, visando diminuir a aglomeração e por conseqüência a possibilidade de disseminação do Coronavirus Covid – 19.

§ 1º - O cronograma contendo dia da semana e horário das celebrações religiosas deverá ser encaminhado a Secretária de Saúde, por meio de cada representante religioso.

§ 2º - Fica estabelecido que a Igreja que utilizar bancos para acomodação dos fiéis, só será permitido o assento de duas pessoas por banco, e aquelas que utilizam cadeiras individuais mantendo distanciamento de no mínimo dois metros.

§ 3º - As Igrejas devam fazer respeitar ordem de distanciamento, evitar abraços, aperto de mão, fornecer aos visitantes e fiéis, álcool em gel 70%, e que as Missas e Cultos só poderão ocorrer mediante uso de máscaras por todos os fiéis.

Art. 5º - Fica autorizado a abertura dos estabelecimentos considerados não essenciais como; Academias, Hotéis, Pousadas, bares, restaurantes, Pizzarias, Sorveterias, Panificadoras, Distribuidoras de bebidas, lojas, salão de beleza, barbearias, serviços de manicure e demais estabelecimentos similares.



§ 1º As atividades da Academia deverá funcionar com apenas 50% da capacidade, sendo obrigatório o uso de máscaras pelos clientes e funcionários, além de intensificar a higienização dos aparelhos.

§ 2º - A abertura de hotéis e pousadas que trata o caput, deverá respeitar a limitação de 50% da capacidade de hospedagem a partir do dia 25/07/2020 para que sejam feitas as adequações para o cumprimento deste Decreto.

§ 3º - A abertura de restaurantes deverá respeitar o distanciamento mínimo de dois (02) metros entre mesas, clientes e frequentadores, não podendo haver aglomeração e sendo obrigatório o fornecimento de álcool Gel a 70%, Aumentar frequência de higienização de superfícies.

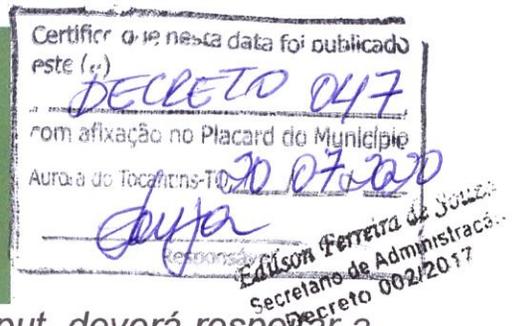
§ 4º - As Distribuidoras de bebidas, bares, Pizzarias, panificadoras e similares que comercializam bebidas e petiscos (Espetinhos em geral) deverão funcionar mantendo distanciamento de 02 (dois) metros entres mesas, podendo comportar apenas duas pessoas por mesa exceto membros da família que moram na mesma casa.

§ 5º - Os estabelecimentos contidos no caput acima deverão intensificar a limpeza do ambiente, disponibilizar álcool em gel a 70%, e em caso de salão de beleza, barbearias e serviços de manicure recomenda-se o não atendimento a domicílio.

§ 6º- Fica determinado aos responsáveis pelos comércios, descritos no caput deste artigo restringir o ingresso em suas respectivas dependências do cidadão que não esteja usando máscara, bem como daqueles que estejam usando capacete ou outro equipamento que oculte a face na vigência deste Decreto.

Art. 6º - Fica autorizado a abertura de hotéis, pousadas, bares e restaurantes dos pontos turísticos privados a partir do dia 25 de Julho de 2020, para que sejam feitas as adequações para o cumprimento deste Decreto.

§ 1º - A abertura de bares e restaurantes no disposto do caput acima, deverá respeitar distanciamento de 02 (dois) metros entres mesas, podendo comportar apenas duas pessoas por mesa, exceto membros da família que convivem na mesma casa, sendo obrigatório o fornecimento de álcool Gel a 70%, e aumentar a frequência de higienização de superfícies.



§ 2º - A abertura de hotéis e pousadas que trata o caput, deverá respeitar a limitação de 50% da capacidade de hospedagem, sendo recomendada a alternância de uso dos apartamentos.

§ 3º - Recomenda-se o limite de 10 (dez) pessoas para acesso ao banho, sugerindo tempo de 30 minutos aos banhistas, devendo o proprietário divulgar as informações relacionadas as medidas de prevenção ao Coronavírus.

Art. 7º - O Balneário Douradas Leonardo da Costa Gândara continuará fechado por tempo indeterminado, ou enquanto durar a Pandemia.

Art. 8º - Em razão do previsto no artigo 1º deste Decreto e dos preceitos estabelecidos na Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, o Município poderá adotar, entre outras, as seguintes medidas administrativas para enfrentar a situação de emergência:

I – dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços, de acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

II – requisição de bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, conforme inciso XIII do art. 15 da Lei Federal nº. 8080, de 19 de setembro de 1990;

III – determinação, nos termos do art. 3º, inciso III, da Lei Federal nº. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, da realização compulsória de:

a) Isolamento [de pessoas, doentes ou contaminadas; bagagens, meios de transporte, mercadorias, ou encomendas postais];

b) Quarentena [restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação; bagagens; contêineres; animais; meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação

c) Exames médicos;

d) Testes laboratoriais;

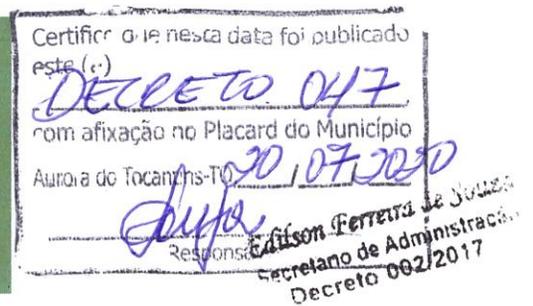
e) Coleta de amostras clínicas;

f) Vacinação e outras medidas profiláticas conforme as diretrizes do Ministério da Saúde;

g) - Tratamentos médicos específicos.

h) – Contratação de pessoal para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos de Lei Municipal.

§ 1º - Como medida emergencial para o enfrentamento da disseminação do vírus COVID-19, foi criada por meio de Decreto a Comissão de



tempo determinado a ser avaliado, visando a fiscalização e cumprimento deste Decreto, composta por 06 (seis) membros, que atuarão em 03 (três) turnos.

§ 2º - Aos membros da Comissão de Acompanhamento, Controle e Prevenção Coronavírus - COVID-19, cabe às atividades de fiscalização e de poder de polícia, podendo os mesmos tomarem as atitudes necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 9º - Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de:

- I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus;
- II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus.

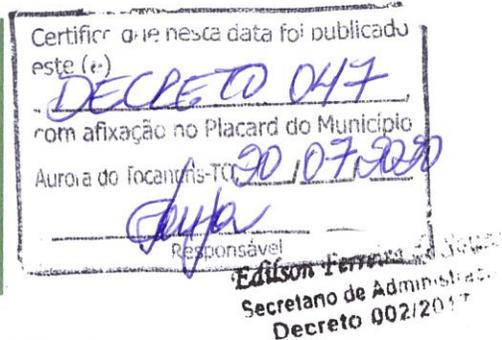
Art. 10º - Fica instituído o distanciamento social de forma a impedir a reunião de pessoas, as atividades de recreação de qualquer natureza e aglomerações em espaços públicos ou privados, a fim de evitar transmissão voluntária do COVID-19.

§ 1º - Ficam **SUSPENSO-PROIBIDOS**, de igual forma, por tempo indeterminado festas em residências, ou qualquer tipo de aglomeração de pessoas, a fim de proteger a saúde pública;

Art. 11º - As pessoas residentes em outras localidades que vir e permanecer no Município de Aurora do Tocantins, **RECOMENDA-SE** à situação de quarentena, que implica em ficarem 07(sete) dias isolados juntamente com os familiares que residam no município, em cujo domicílio ficarem hospedados.

§ 1º. As pessoas que se enquadram na previsão da cabeça deste artigo devem informar à Secretaria Municipal de Saúde, acerca de sua chegada e período de permanência no Município;

Art. 12º - Recomenda-se a quarentena de 14 dias às pessoas que tiveram contato direto com as pessoas comprovadamente positivo para coronavírus – Covid-19



Art. 13º - Mercados, supermercados, Mercearias, Açougues, quitandas, Frutarias, estabelecimentos agropecuários, lojas em geral, Salões de beleza, barbearias, serviços de manicure deverão funcionar somente até às 20 horas.

Art. 14º - Panificadoras, Distribuidoras de bebidas, Bares, sorveterias, restaurantes e Pizzarias deverão funcionar até às 23 horas.

Art. 15º. O descumprimento do presente decreto ensejará as seguintes penalidades aos estabelecimentos privados:

I – Advertência escrita;

II – Multa por ato de descumprimento, conforme Código de Postura vigente no valor de R\$ 600.00 (seiscentos) reais;

III – Interdição do estabelecimento;

IV – Cassação do Alvará de funcionamento;

V – Providencias cíveis e criminais.

Parágrafo único – Em havendo reincidência pelo infrator a multa pecuniária poderá ser elevada em até 05 (cinco) vezes, levando em consideração a gravidade do ato praticado;

Art. 16º O descumprimento do presente decreto ensejará as seguintes penalidades aos munícipes:

I – Advertência escrita;

II – Multa por ato de descumprimento, conforme Código de Postura vigente no valor de R\$ 300.00(trezentos) reais.

Art. 17º - Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, a Secretaria de Saúde, através do departamento de vigilância sanitária juntamente com a Comissão de Acompanhamento, Controle e Prevenção Coronavírus - COVID-19, e da Polícia Militar, são competentes para autuar eventuais práticas de infrações administrativas previstas no ordenamento jurídico municipal, bem como no artigo 10 da Lei Federal n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, além dos crimes previstos nos artigos 267, 268 e 330 do Código Penal, devendo, nestes casos, encaminhar as ocorrências para as autoridades.

Art. 18º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município;



Certifico que nesta data foi publicado este (e) DECRETO 047
com afixação no Placard do Município
Aurora do Tocantins em 20/07/2020
Edilson Ferraz de Sá
Secretário de Administração
Decreto 002/2017

Art. 19º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE: REGISTRE-SE: CUMPRA-SE:

Gabinete do Prefeito do Município de Aurora do Tocantins, Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de Julho de dois mil e vinte (2020).

ALOILSON TAVARES CARDOSO
Prefeito